

Já se admite renegociar a juro fixo

FROTA NETO
Correspondente

31 JUL 1984

Fincla

Ext

Genebra — Uma notícia boa e outra má para a economia brasileira. Primeiro a boa, que trata da posição financeira. Depois a má, relacionada com o comércio. Vamos às alvisseras: o **Financial Times** anunciou ontem que os futuros novos empréstimos brasileiros poderão se beneficiar de uma cláusula fixando o valor para o serviço da dívida a ser pago a cada ano. Essa fórmula teria um duplo benefício. Primeiro, os bancos comerciais se verão estimulados a voltarem a emprestar ao Brasil, porque o Banco Mundial participará da operação, co-financiando. Segundo, o cronograma de pagamentos do Brasil ficará protegido da variação brusca e altista (tal como vem acontecendo) das taxas de juros internacionais.

Apesar de ainda num estágio bastante preliminar de negociação, é possível que essa fórmula já funcione para todos os novos créditos de que o Brasil vai necessitar no próximo ano. De acordo com a informação, está prevista para quinta-feira reunião do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, com banqueiros nova-iorquinos para exame da matéria. A mes-

ma agenda, aliás, deverá ser cumprida pelo ministro do Planejamento, Delfim Netto, ainda nesta semana em Washington, junto aos diretores do Banco Mundial.

A fórmula parece simples, dizem funcionários do Banco Mundial. No ano que vem o Brasil deverá necessitar de 3 a 4 bilhões de dólares de novos créditos. Em sua base, a negociação desse total não teria novidades: o grupo de bancos comerciais que vai emprestar esse dinheiro negociaria, em condições de mercado, prazos de pagamento e taxas de juros. E seria aí que começaria a novidade da fórmula: a participação do Banco Mundial como co-financiador. Na realidade, como garantia tanto para os emprestadores quanto para o Brasil.

Isso porque uma vez feito o empréstimo, bancos comerciais, Banco Mundial e governo do Brasil negociariam o total do serviço da dívida a ser pago a cada ano até a total liquidação do débito. Após fixado o total a ser pago anualmente, se as taxas de juros crescerem num determinado período acima do fixado na taxa estabelecida como referência. O pagamento dessa diferença não seria feito ime-

diatamente pelo Brasil. Os bancos comerciais receberiam essa diferença do Banco Mundial na forma de um novo empréstimo automático do Banco Mundial ao Brasil. Esse "empréstimo automático" só começaria a ser pago pelo Brasil ao Banco Mundial quanto o serviço anual da sua dívida voltasse a estar inferior aos limites previamente fixados no momento da operação inicial do empréstimo co-financiado.

Para os bancos comerciais esse co-financiamento do Banco Mundial tem a conveniência política e financeira de neutralizar as pressões que estão existindo para a fixação de taxas de juros aos países em crise independentemente das variações de mercado. Mas não evita a fórmula de "capitalização" dos juros ao principal da dívida que é o que de fato vem sendo feito quando a dívida vencida não é paga mas renegociada.

Agora sobre a má notícia: o Brasil voltará a ser pressionado (e muito pressionado) pelos Estados Unidos sobre problemas de "reservas de mercado" para bancos, empresas de engenharia e de seguro, e para empresas de alta tecnologia (eletrônica, etc.).